



SUMÁRIO

(provisório)

1

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	----

2

DIREITOS FUNDAMENTAIS: DA HERANÇA À VIDA PRIVADA	27
2.1 DIREITO DE HERANÇA: CONCEITO, ORIGEM E LIMITAÇÕES	28
2.1.1 Conceito e justificação histórica da sucessão privada.....	29
2.1.2 Objeto da herança: a regra da transmissão de relações jurídicas dotadas de valor econômico	41
2.2 DIREITOS DA PERSONALIDADE: A TUTELA DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS E A POSSIBILIDADE DE LIMITAÇÕES VOLUNTÁRIAS	52
2.2.1 A essencialidade dos direitos da personalidade.....	53
2.2.2 Limitações voluntárias: a (in)transmissibilidade e a (ir)renunciabilidade dos direitos da personalidade ..	73
2.3 DIREITO À VIDA PRIVADA: A AUTONOMIA EXISTENCIAL COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DA PRIVACIDADE EM QUESTÕES AFETAS À INTIMIDADE	95

2.3.1 A necessária releitura: entre o <i>right to be let alone</i> e a proteção dos dados pessoais.....	98
2.3.2 Autonomia existencial e os limites de disposição à vida privada	112

3

DESAFIOS DA TRANSMISSÃO HEREDITÁRIA DOS BENS DIGITAIS: O ESTADO DA ARTE NO BRASIL E A EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA	125
3.1 NOÇÕES PRIMORDIAIS SOBRE OS BENS DIGITAIS E OS PROJETOS DE REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL	126
3.1.1 Bens digitais: classificação de situações jurídico-patrimoniais, existenciais e patrimoniais-existenciais .	127
3.1.2 Os diferentes rumos legislativos da “herança digital”	139
3.1.3 Críticas às iniciativas legislativas	155
3.1.4 Projeto de revisão e atualização do Código Civil: há luz no fim do túnel?.....	170
3.2 “HERANÇA DIGITAL” NA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA	179
3.2.1 Europa: o nascimento da lógica da transmissão universal dos bens digitais.....	180
3.2.1.1 Alemanha: o <i>leading case</i> da “herança digital”	181
3.2.1.2 Espanha: <i>Ley Orgánica 3/2018</i> e a regulamentação da transmissão universal dos bens digitais	189
3.2.2 Estados Unidos: <i>Revised Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act (RUFADAA)</i>	193

4

INEREDITARIEDADE DE SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS COMO FORMA DE PROTEÇÃO AO DIREITO À VIDA PRIVADA.....	207
4.1 “HERANÇA DIGITAL” E OS TRIBUNAIS BRASILEIROS.....	208

4.1.1 Reflexos da lacuna normativa sobre a sucessão dos bens digitais	209
4.1.2 A busca por soluções adequadas: colisão entre direitos fundamentais à luz do teste da proporcionalidade	222
4.2 BENS DIGITAIS HEREDITÁVEIS E INEREDITÁVEIS	238
4.2.1 Correntes doutrinárias sobre o tema no Brasil	238
4.2.2 Nem tanto ao céu nem tanto à terra: a escolha pelo caminho da tutela à vida privada do <i>de cuius</i> e de seus terceiros interlocutores.....	254
4.3 PLANEJAMENTO DA SUCESSÃO DOS BENS DIGITAIS	265

5

CONCLUSÃO	283
POSFÁCIO	293
REFERÊNCIAS	297